



Ref.: Contribuição à Consulta Pública nº 95 de 13/07/2020

Título: Consulta Pública para coleta de contribuições para o aprimoramento do Relatório do PNE 2050

A IEI Brasil é uma organização não-governamental, independente e sem fins lucrativos sediada em Campinas (SP) cujo objetivo é o de iniciar, fortalecer e avançar a energia para o desenvolvimento sustentável que equilibre eficiência econômica com equidade social e sustentabilidade ambiental.

Contribuições

Diretrizes estratégicas ausentes do relatório

Sugestão: Incluir as diretrizes estratégicas de forma clara e destacada na estrutura do relatório. De preferência numa seção após a Introdução e antes da seção “Produção e Uso da Energia”.

Justificativa:

O termo “diretrizes estratégicas” aparece apenas duas vezes em todo o documento como menção, ou seja, as diretrizes não são apresentadas (há apenas no arquivo da apresentação). Elas precisam estar claras e destacadas na estrutura do relatório.

Objetivos da política energética ausentes do relatório

Sugestão: Incluir os objetivos da política energética de longo prazo como uma seção anterior à das diretrizes estratégicas.

Justificativa:

As diretrizes estratégicas identificam as vias prioritárias para atingir os objetivos propostos da política energética. Da forma como está, não se identificam tais objetivos que dão a visão de futuro. Sem os objetivos, as diretrizes estratégicas não possuem coerência interna e norteamento.

Na apresentação há um slide onde contém uma visão:



“Promover o melhor uso dos recursos energéticos nacionais sob desenhos de mercados competitivos e efetiva governança institucional, que permitam a inserção de inovações e a transição energética, a fim de construir o desenvolvimento sustentável de longo prazo do Brasil”

Mesmo essa visão está bastante ampla e solta, pois não há os critérios que definem desenvolvimento sustentável e nem o tipo de transição energética. Pois há caminhos para essa transição que não necessariamente chegam no mesmo ponto e no mesmo tempo do que se definiu para o país como desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento socioeconômico como premissa, não como resultado

Sugestão: Correlacionar quantitativamente a energia com indicadores de desenvolvimento socioeconômico.

Justificativa:

Não há relação alguma entre o PNE 2050 e seus impactos em indicadores sociais como saúde e renda, por exemplo. Sem esse tipo de conexão entre o setor energético e os objetivos de desenvolvimento do país não é possível avaliar seus impactos na sociedade. Mais uma vez o planejamento do setor é feito fechado em si mesmo, para o qual os benefícios para o desenvolvimento sustentável são apenas premissas sem lastro em evidências.

Embora se possa alegar insuficiência de dados e de metodologias, antes é preciso ter o comando político para iniciar e implantar.

Retrocesso socioambiental em diretriz estratégica

Sugestão: Suprimir a diretriz estratégica “Maior expansão requer dispor de áreas legalmente protegidas e ampliação de instrumentos de negociação para aumentar aceitabilidade social”.

Justificativa:

As áreas legalmente protegidas foram uma conquista após décadas de negociações e reivindicações socioambientais e de reparações históricas. Muitos dos argumentos utilizados nas décadas passadas são o que hoje diversos países e empresas do mundo tem investido: biotecnologia, atividades econômicas com a floresta em pé, preservando os modos de vida e os territórios das populações tradicionais. Essa premissa propõe retrocesso a essas conquistas das



populações menos representadas e vulneráveis às decisões políticas e supõe um “convencimento” que as populações historicamente impactadas conhecem bem e que são diametralmente opostas à suposta “boa intenção” da frase.

Eficiência energética é encarada como acessória e é modesta

Sugestão: Adotar uma meta de 30% em 2050, embora ainda não seja uma meta à altura da sua importância.

Justificativa:

A União Europeia estabeleceu uma meta de 32,5% de eficiência energética para 2030 e o que o Brasil está propondo é de 17% em 2050, ou seja, 20 anos depois da europeia. O Brasil pode e deve ousar mais nesse sentido, pois a União Europeia tem uma meta desse porte ainda partindo de um estoque mais eficiente que o brasileiro, o que torna a nossa meta ainda mais modesta. A China recentemente anunciou emissão líquida zero de GEE para 2050.

A meta é a manutenção da base renovável da matriz energética e não sua ampliação

Sugestão: Ampliar a meta de base renovável

Justificativa:

O discurso de que “o Brasil já se destaca dos demais países por sua base renovável” mantém o país numa zona de conforto perigosa, que resulta na perda de oportunidades e no desperdício das vantagens comparativas do setor energético. Inadvertidamente parece reproduzir a fábula da lebre e da tartaruga. Para o país manter-se na dianteira, precisa avançar mais na renovabilidade do setor e em sua sustentabilidade, pois os países da União Europeia e a China, por exemplo, possuem metas ambiciosas para eficiência energética, fontes renováveis e de redução de emissões de gases de efeito estufa. Metas ambiciosas alicerçadas em muitos recursos econômicos e tecnológicos à disposição, fatores que o Brasil está em clara desvantagem. Por isso precisa estar atendo de olho na competitividade de amanhã. E isso se planta hoje para colher no futuro.

Ausência de estratégias para equidade de raça, gênero e etnia

International Energy Initiative – IEI Brasil

Avenida José Rocha Bomfim, 214, Condomínio Empresarial Praça Capital, Bloco Paris, sala 125.

Campinas – SP CEP 13080-650

E-mail: iei-brasil@iei-brasil.org



Sugestão: Incorporar estratégia de superação das desigualdades e de assédio físicos e simbólicos existentes dentro do próprio setor energético em termos de representatividade (especialmente nas instâncias de decisão) e de política salarial.

Justificativa:

Sabe-se que o setor energético é um ambiente majoritariamente desigual na representatividade de nossa população, com o conseqüente reflexo cultural dos estratos dominantes nos espaços institucionais. Um setor energético do futuro não pode refletir essa estrutura histórica, precisa mudar para acompanhar o processo civilizatório e o Plano de longo prazo precisa ter instrumentos que promovam essa transformação.